

■ POLÍTICA

Sucessão no Senado é maior entrave à reeleição

por César Felício
de Brasília

As principais lideranças do Congresso voltam a Brasília amanhã com uma convicção: no jogo pela reeleição, a escolha dos próximos presidentes da Câmara e do Senado tem um enorme peso, a eleição municipal deste ano teve importância relativamente pequena e a reforma ministerial que o presidente Fernando Henrique Cardoso fará não contará muita coisa.

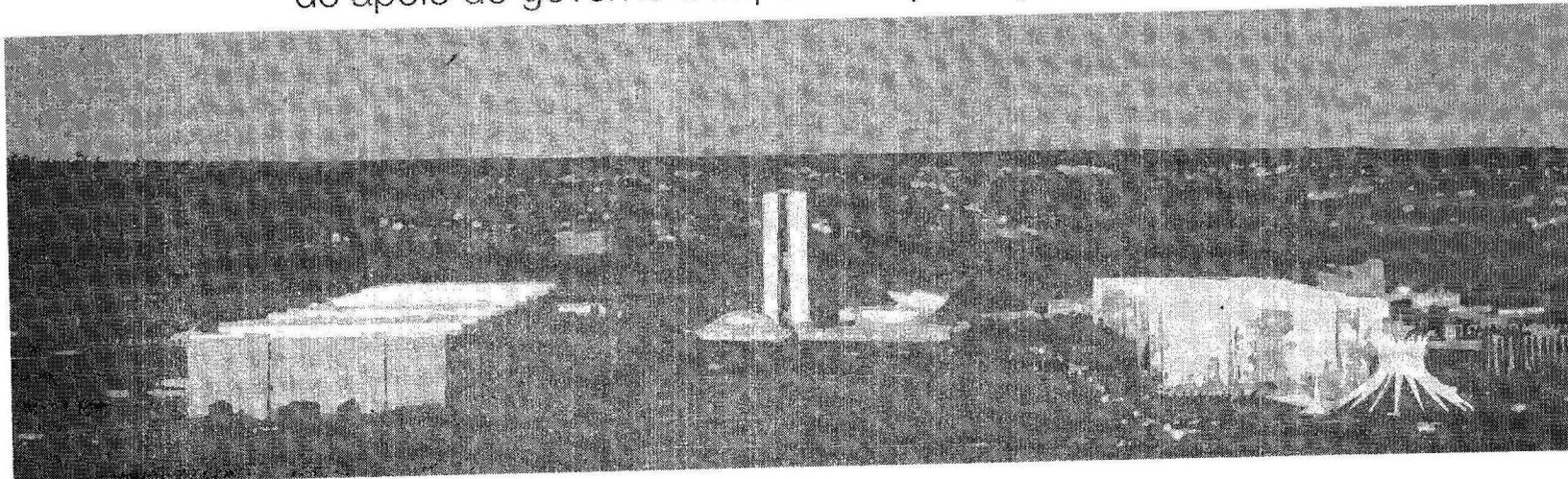
Em relação à presidência da Câmara, poucas lideranças acreditam que um eventual fracasso do líder pemedebista na casa, Michel Temer, em suceder ao atual presidente Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) levará o partido para a oposição à emenda, como Temer chegou a ameaçar. O problema maior está no Senado, em que dez entre dez senadores acreditam que o atual presidente, José Sarney (PMDB-AP), sonha secretamente na ação direta do presidente Fernando Henrique Cardoso para permanecer no cargo.

Essa é uma hipótese muito remota, já que envolveria também a recondução de Luís Eduardo Magalhães, e o político baiano prefere ajudar o pai, o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), a se ficar no lugar de Sarney. "O problema é o que dar para satisfazer o Sarney. Ele nunca foi simpático à tese da reeleição e, fora da presidência do Senado, não hesitaria em externar a sua posição", comenta um cacique pefelista.

É neste instante que outro senador pefelista sugere: "Talvez seja o caso de insistir na proposta de se transformar ex-presidentes em senadores vitalícios, o que contentaria também Itamar Franco". Enquanto Sarney aguarda, a disputa pela presidência do Senado toma a cada dia a forma de um confronto que colocará, de um lado, o ACM, e do outro, provavelmente, o líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA), ambos com grande aceitação dentro de suas bancadas mas com uma enorme rejeição fora dela.

Como na Câmara se digladiam

Disputa pela presidência das duas Casas no Congresso pode rachar base de apoio do governo e impedir a aprovação da emenda



Inocêncio Oliveira, do PFL, Michel Temer e Paes de Andrade, pelo PMDB, e Wilson Campos, pelo PSDB, a única hipótese de a votação da emenda da reeleição ocorrer antes do fim da disputa nas duas casas seria a possibilidade de um acordo dentro da ba-

se governista, algo que só seria imaginável com a interferência direta do presidente Fernando Henrique Cardoso, fato que ainda não aconteceu.

Com a presidência das casas em jogo, a reforma ministerial anunciada pelo governo passa a ser

minimizada pelos aliados do presidente. "O problema não é trocar ministros, o problema é dotar os ministérios de orçamento suficiente para investimentos, o que todos sabem que não irá ocorrer", comentou o vice-presidente do PFL, senador José Agripino Maia (RN).

Já estão ocupados por interinos os ministérios da Saúde, anteriormente com Adib Jatene, e dos Transportes, que era do deputado Odacir Klein (PMDB-RS). É dado como certo que a reforma envolverá ainda o ministério da Justiça, hoje com

Nelson Jobim, do PMDB gaúcho, e muito provavelmente serão também trocados os titulares da Previdência (Reinhold Stephanes) e do Meio Ambiente (Gustavo Krause).

"Isso tudo vai ficar para depois da votação da reeleição como uma espécie de acomodação dos egos feridos pela disputa na Câmara e no Senado. Se for feita antes, até atrapalha, porque vai ter muita gente disposta a votar a favor da reeleição de olho em algum ministério", comenta um interlocutor do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Finalmente, a eleição municipal só teve um efeito. Reanimar o prefeito paulistano Paulo Maluf, vitorioso nas urnas, a colocar todo o tipo de obstáculos no caminho da emenda. Permanece, contudo, o ceticismo sobre a capacidade de Maluf de controlar o seu partido, no qual o ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, Francisco Dornelles, trabalha claramente pela reeleição.

Nº de eleitores por ministério

Partidos	1994	1996
PMDB	4.639.364	3.766.846
PPB	7.466.214	6.837.064
PSDB	906.221	1.158.997
PFL	1.957.484	2.372.039
PTB	1.189.517	1.212.430

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Com mais de 6,84 milhões de votos no primeiro turno para prefeito em 1996, o PPB conta com apenas um ministro no governo Fernando Henrique Cardoso. Enquanto isso, o PTB ocupa dois ministérios com apenas 2,3 milhões de votos em 1994 e 2,4 milhões em 1996. Fazendo as contas, o PTB mantém hoje cada ministro com 1,21 milhão de votos. O PSDB

segue proporção aproximada, contabilizando 1,15 milhão de votos por ministério.

Os dados de 1994 utilizados nas tabelas acima referem-se aos votos obtidos por cada um dos partidos na eleição para deputado federal (foram atribuídos ao PPB, em 1994, os votos obtidos pelo PP e PPR). Em 1996, foram considerados os votos para prefeito no

Ministério Fernando Henrique Cardoso

Relação entre número de ministros e eleitores dos partidos no governo (1994 e 1996)

Partidos	Deputado Federal (1994)		Prefeito 1º turno (1996)		Ministros	
	Nº de votos	%	Nº de votos	%	Nº	%
PSDB	6.343.552	20,24	8.112.980	25,33	07	46,67
PFL	5.872.453	18,74	7.116.119	22,22	03	20,00
PMDB	9.278.729	29,61	7.533.692	23,52	02	13,33
PTB	2.379.034	7,59	2.424.860	7,57	02	13,33
PPB	7.466.214	23,82	6.837.064	21,34	01	6,66
Total	31.339.982	100	32.024.715	100	15	100

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

primeiro turno. Somente os partidos que compõem a base ministerial do governo federal foram computados. Não foi contabilizado, em razão da baixa expressividade

em termos de votos, o PPS, partido do ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann. O universo de ministérios citado exclui os quatro ministros que se consideram sem

partido. São eles: Ronaldo Sardenberg, Assuntos Estratégicos; José Israel Vargas, Ciência e Tecnologia; Francisco Weffort, Cultura; e Pedro Malan, Fazenda.